

FORMANDO CONSCIÊNCIAS PARA O SETOR PÚBLICO: TRANSPARÊNCIA, ACCOUNTABILITY E APRENDIZAGEM ATIVA NA CONTABILIDADE PÚBLICA

Josué de Lima Carvalho
Universidade da Amazônia – UNAMA
josuecarvalho911@gmail.com

Mário Vasconcellos Sobrinho
Universidade da Amazônia – UNAMA
mario.vasconcellos@unama.br

Resumo: Este artigo apresenta um caso de ensino desenvolvido na disciplina Contabilidade Pública I, no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Campus Paragominas. A experiência consistiu na análise de despesas públicas reais, coletadas por discentes nos Portais da Transparência de municípios paraenses, com o objetivo de conectar os fundamentos teóricos da contabilidade pública à prática da gestão fiscal e orçamentária. A metodologia adotada baseou-se em abordagens qualitativas e interpretativas, com apoio em estudos de caso, análise de conteúdo e metodologias ativas de aprendizagem. Os resultados indicam avanços significativos no domínio técnico-contábil, na compreensão crítica da transparência e na apropriação do conceito de accountability como elemento central da governança pública. Conclui-se que práticas pedagógicas baseadas em dados reais contribuem para a formação de profissionais éticos, críticos e preparados para atuar com responsabilidade na administração pública.

Palavras-Chave: Contabilidade pública; Ensino por casos; Transparência; Accountability; Metodologias ativas.

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS):

- 4 – Educação de Qualidade;
- 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico;
- 10 – Redução das Desigualdades;
- 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

CONTEXTO

O ensino de contabilidade pública no Brasil enfrenta desafios significativos, especialmente ao tentar articular os fundamentos teóricos com as exigências práticas da administração pública contemporânea. Em um contexto em que a transparência, a conformidade com normas contábeis e a efetiva prestação de contas são pilares da boa governança, torna-se essencial formar profissionais aptos a aplicar corretamente o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e elaborar as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP).

Entretanto, a dificuldade de integrar teoria e prática nas instituições de ensino superior (IES) muitas vezes compromete a aprendizagem significativa e o desenvolvimento do pensamento crítico dos estudantes. Essa lacuna evidencia um desalinhamento entre os currículos acadêmicos e as necessidades reais do setor público.

A trajetória histórica da contabilidade pública no Brasil remonta às Aulas de Comércio,

criadas em 1808, como resposta às demandas econômicas e políticas do período, conforme observado por Silva e Oliveira (2023). Desde então, a disciplina evoluiu, conquistando reconhecimento científico e consolidando-se como componente essencial da formação contábil. Contudo, essa evolução histórica ainda não é suficiente para atender às exigências atuais impostas pelas transformações normativas.

Nesse sentido, Cabral e Andrade (2019) identificaram um índice de aderência de apenas 40,9% entre os conteúdos programáticos das IES e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), que atualmente estão sendo substituídas e atualizadas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP), editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) a partir de 2016. Essa mudança marca uma nova etapa na contabilidade pública brasileira, alinhando-a aos padrões internacionais e reforçando a necessidade de atualização curricular urgente nas instituições de ensino.

Do ponto de vista metodológico, o ensino de contabilidade pública ainda se apoia majoritariamente em métodos tradicionais, como aulas expositivas e transmissivas, que, embora úteis na introdução dos conceitos, são limitados para o desenvolvimento das competências críticas e operacionais exigidas pela realidade da administração pública. Marques e Biavatti (2019) denunciam essa predominância como um entrave à inovação didático-pedagógica, apontando que mesmo a alta titulação do corpo docente não tem sido suficiente para promover mudanças significativas nas práticas de ensino.

Diante dessa realidade, autores como Oliveira (2020) defendem a necessidade de aproximar teoria e prática no ensino da contabilidade pública por meio de metodologias ativas, análise de casos reais e uso de sistemas contábeis públicos. Essa abordagem é reforçada por Souza et al. (2020), que apontam que o uso de estratégias interativas e gamificadas favorece o engajamento, a motivação e a apropriação do conteúdo por parte dos discentes, além de contemplar diferentes estilos de aprendizagem.

Neste contexto, o presente estudo tem como objetivo principal analisar os efeitos de uma prática pedagógica baseada em estudo de caso e análise de dados reais da execução orçamentária de entes municipais paraenses, desenvolvida no âmbito da disciplina Contabilidade Pública I da UFRA – Campus Paragominas.

O estudo contribui para o ODS 4 – Educação de Qualidade, ao propor práticas pedagógicas que fortalecem a aprendizagem crítica, técnica e cidadã no ensino superior, promovendo a qualificação de profissionais aptos a atuar no setor público com ética, responsabilidade e compromisso social; para o ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico, ao estimular a formação de contadores públicos comprometidos com a integridade, a eficiência e a transparência na gestão pública, impactando positivamente a qualidade dos serviços ofertados e a confiança nas instituições; para o ODS 10 – Redução das Desigualdades, ao fomentar uma cultura de controle social e democratização do acesso à informação, que promove maior equidade no uso dos recursos públicos e fortalece a inclusão de grupos historicamente marginalizados; e para o ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes, ao contribuir com a formação de profissionais que atuam na consolidação de instituições públicas mais transparentes, responsáveis e orientadas pelos princípios da governança democrática.

DILEMA

Essa limitação foi observada também na disciplina Contabilidade Pública I (CCPGM119), ministrada no semestre 2024.1 na Universidade Federal Rural da Amazônia

(UFRA), campus Paragominas. Embora o conteúdo programático tenha sido amplo e tenha contemplado temas como PCASP, DCASP, NBC TSP, execução orçamentária, licitações e controle interno e externo, a estrutura do curso, conforme registrada no diário acadêmico, seguiu uma sequência predominantemente expositiva até meados de outubro. Apenas nas semanas de 30/10/2024 e 06/11/2024 é que os estudantes foram desafiados a participar de uma atividade prática, com foco em análise contábil de entes públicos e apresentação de relatórios.

Essa estratégia pontual, embora relevante, revela a necessidade de uma integração mais contínua entre teoria e prática. Essa transição implica uma nova estrutura conceitual e técnica que demanda do ensino superior não apenas atualização de conteúdo, mas também mudança metodológica — algo que ainda se mostra embrionário na maioria das IES, como constatado por Cabral e Andrade (2019), ao identificarem uma aderência inferior a 50% entre os currículos de contabilidade pública e as exigências normativas atualizadas.

O desafio metodológico se intensifica quando se busca ensinar temas como accountability, um conceito multifacetado que envolve aspectos institucionais, éticos e sociais. Embora autores como Bovens (2007) e O'Donnell (1998, 2003) ofereçam uma base teórica robusta, a aplicação prática desses conceitos requer metodologias interdisciplinares e ativas, capazes de relacionar teoria normativa com análise de governança real, o que raramente é alcançado por abordagens puramente expositivas. Além disso, como apontado por Hood (2010), o ensino da accountability deve reconhecer seus dilemas éticos, como o conflito entre eficiência gerencial e controle social, algo que só se torna evidente quando o estudante é inserido em dinâmicas reais ou simuladas de fiscalização e controle.

Portanto, a análise metodológica da disciplina CCPGM119 revela um dilema central: embora o conteúdo contemple aspectos relevantes da nova contabilidade pública e da governança, a predominância de métodos tradicionais e a prática aplicada tardia reduzem o potencial formativo pleno da disciplina. A experiência mostra que é urgente consolidar estratégias pedagógicas mais participativas, recorrentes e conectadas aos desafios concretos da gestão pública e às exigências normativas das NBC TSP, promovendo assim uma formação verdadeiramente crítica, técnica e socialmente comprometida.

METODOLOGIA

Este caso de ensino foi desenvolvido a partir de uma experiência didático-pedagógica conduzida na disciplina Contabilidade Pública I (CCPGM119), no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Campus Paragominas, durante o semestre letivo de 2024.1. A proposta metodológica teve como objetivo promover a conexão entre os conteúdos normativos da contabilidade pública — como o PCASP, as DCASP e as NBC TSP — e a análise crítica das práticas de gestão pública municipal, a partir de dados reais disponíveis nos Portais da Transparência.

A atividade foi estruturada como uma metodologia ativa de ensino, fundamentada em autores como Moran (2000), que defendem o protagonismo do estudante no processo de aprendizagem por meio da resolução de problemas e da análise de situações reais. Também se apoia em Yin (2015), que reconhece o estudo de caso como uma estratégia apropriada para examinar fenômenos contemporâneos dentro de seus contextos reais, especialmente quando as fronteiras entre o objeto e o contexto não são claramente delimitadas — como no caso da accountability pública.

O processo metodológico envolveu as seguintes etapas:

1. Contextualização teórica em sala de aula sobre orçamento público, estrutura da despesa, fases da execução orçamentária e fundamentos da accountability;

2. Divulgação da atividade extra avaliativa, na qual os discentes foram orientados a escolher uma despesa pública municipal, consultar o Portal da Transparência, coletar dados sobre empenho, liquidação, pagamento, natureza da despesa, unidade gestora, fonte de recursos e modalidade de licitação;
3. Elaboração de relatórios individuais, com base em um roteiro proposto, relacionando os achados à legislação vigente (LDO, LOA, Constituição Federal, NBC TSP) e à literatura trabalhada em aula;
4. Apresentação oral e discussão em grupo, em forma de seminário, com devolutivas críticas do professor e dos colegas, entre os dias 30/10/2024 e 06/11/2024.

Para fins analíticos, os relatórios foram interpretados com base em quatro dimensões analíticas adaptadas da proposta de Gerring (2019): (i) abrangência temática, (ii) consistência técnico-contábil, (iii) nível de criticidade e (iv) percepção sobre transparência e accountability. Essa abordagem qualitativa interpretativa também se apoia na análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), especialmente para identificar padrões discursivos, aproximações com os referenciais teóricos e posicionamentos críticos.

Conforme indica Ventura (2007), o uso de estudos de caso no ensino superior favorece o desenvolvimento de competências de análise, julgamento e tomada de decisão, sendo especialmente útil na formação de profissionais para o setor público, onde as demandas por legitimidade, ética e eficiência são constantes.

Assim, este caso de ensino não apenas descreve uma experiência pedagógica, mas também propõe uma reflexão metodológica sobre o ensino da contabilidade pública no Brasil, tendo como pano de fundo os desafios contemporâneos de formação para a gestão pública responsável, ética e transparente.

RESULTADOS

Este caso de ensino explora os resultados dessa atividade prática, apresentando um dilema central sobre como transformar exercícios simulados em experiências de aprendizado efetivas. Além disso, avalia os sete relatórios produzidos pelos grupos, discutindo os desafios enfrentados, os aprendizados alcançados e as oportunidades de aprimoramento. A proposta deste caso é contribuir para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas mais eficazes no ensino da contabilidade pública, conectando teoria e prática e promovendo o engajamento dos estudantes com problemas reais do setor público.

Com base nos relatórios de despesas públicas elaborados na disciplina Contabilidade Pública I da UFRA – Campus Paragominas (turma 2024.1), observa-se um esforço consistente em conectar o aprendizado teórico ao exercício prático da análise orçamentária e financeira municipal. A atividade consistiu na consulta aos Portais da Transparência de diferentes municípios paraenses e na construção de um relatório técnico com base nos dados públicos de despesas, envolvendo os aspectos legais, contábeis e gerenciais da gestão pública. A seguir, desenvolve-se uma análise crítica e aprofundada desses relatórios a partir de quatro eixos principais: abrangência temática, consistência técnica, nível de criticidade e percepção sobre transparência.

A escolha das despesas públicas para análise abrangeu áreas estratégicas como educação (merenda escolar e manutenção do ensino), cultura, infraestrutura urbana e serviços tecnológicos. Essa diversidade revela uma boa articulação com os objetivos da disciplina, permitindo a compreensão das várias naturezas de despesa (corrente e de capital) e suas classificações funcionais e programáticas.

Um exemplo representativo está na análise de uma despesa da área da cultura,

envolvendo a contratação de profissionais para um espetáculo infantil. A autora descreve que o contrato foi viabilizado por inexigibilidade de licitação, no valor de R\$ 28.000,00, tendo como finalidade “comemorações alusivas ao Dia das Crianças em 2024” e ressaltando o respaldo legal na Constituição Federal (Art. 215) sobre o direito ao acesso à cultura (“...o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais...”). Já em outro relatório, a despesa abordada refere-se à construção de uma praça com recursos oriundos de emendas parlamentares, no valor de R\$ 687.338,11, registrada na natureza 4.4.90.51.00 – Obras e instalações. Nessa análise, destaca-se a função e subfunção orçamentária de urbanismo e infraestrutura, e a execução sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras.

Outra vertente foi a análise de contratos vinculados à alimentação escolar, tanto no contexto indígena e quilombola quanto geral, com enfoque na aquisição de gêneros alimentícios para escolas e centros infantis. Um dos relatórios aponta que os recursos são oriundos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), utilizados para atender o Ensino de Tempo Integral, EJA e PNAI, com execução por meio da dotação 3.3.90.30.00 (Material de Consumo), mostrando a aplicação de recursos federais transferidos aos municípios.

De modo geral, os relatórios demonstram familiaridade crescente com os elementos técnicos da contabilidade pública, especialmente quanto à classificação da despesa pública (natureza, categoria econômica, modalidade de licitação, fonte de recurso e unidade orçamentária). Um dos textos, por exemplo, descreve adequadamente uma despesa com serviços de tecnologia da informação, discriminando os dados conforme registros no portal: “...natureza da despesa trata-se de serviços de tecnologia da informação e comunicação – PJ... com fornecimento de impressoras, multifuncionais, digitalizadoras... conforme termo de referência e processo administrativo...”.

Outro aspecto positivo é a citação de informações completas, como o número do contrato, data de empenho, data de pagamento, modalidade de licitação e a fase da despesa (“fase da despesa: LIQUIDADA”), o que revela boa assimilação das etapas da execução orçamentária (empenho, liquidação, pagamento).

Contudo, em alguns casos, faltam elementos complementares que reforçariam o caráter técnico do documento, como a inclusão da funcional programática completa, a distinção mais clara entre categoria econômica e grupo de despesa, ou o uso mais sistemático dos códigos orçamentários. Isso indica um caminho de aprimoramento metodológico para exercícios futuros.

Apesar do caráter descritivo predominante em muitos trabalhos, alguns relatórios demonstraram um nível elevado de reflexão crítica sobre a efetividade da transparência pública e a aplicação dos recursos. Um exemplo marcante pode ser encontrado na análise de uma despesa do município de São Miguel do Guamá, referente ao PNAE-Quilombola, onde se afirma que “o portal carece de transparência e clareza, pois não informa o responsável pelo processo nem fornece detalhes compreensíveis para o público leigo”. Essa crítica fundamentada evidencia a compreensão de que o controle social exige não apenas o acesso aos dados, mas a sua inteligibilidade, ou seja, a capacidade de serem lidos e interpretados pela população.

Outro relatório destaca positivamente a qualidade das informações disponibilizadas, reconhecendo o esforço do município de Ipixuna do Pará: “parabéns à administração pública da Prefeitura de Ipixuna do Pará pelo exemplar transparência... Essa iniciativa reforça a confiança da população...”. Essa perspectiva valoriza o papel das plataformas de transparência ativa como instrumentos de governança democrática e corresponsabilidade.

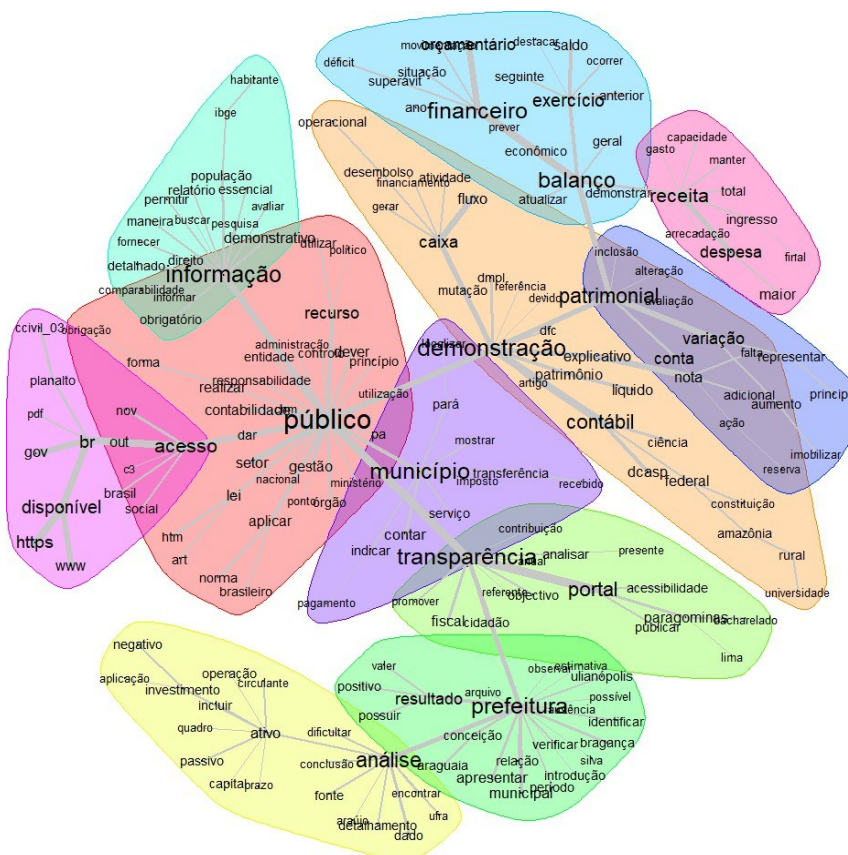
Os relatórios revelam, em diferentes níveis, a compreensão de que transparência não

se resume à disponibilização de dados brutos, mas também à forma como essas informações são organizadas, acessíveis e dotadas de significado para o cidadão. Em um dos textos, afirma-se que a ausência de dados sobre o número de beneficiários e a qualidade dos produtos “dificulta o controle social e a compreensão da população sobre os investimentos”, o que demonstra a apropriação do conceito de accountability substantiva.

Essa percepção também se alinha à teoria de autores como Bovens (2007) e O'Donnell (1998), discutidos em aula, que ressaltam o papel do cidadão e das instituições na fiscalização horizontal e vertical do Estado. A capacidade de identificar quando a prestação de contas é frágil, incompleta ou meramente formalista, aponta para um avanço no entendimento do papel do contador público como agente de controle social e garantidor da legalidade e da eficiência na gestão.

A nuvem de palavras a seguir ilustra os principais pontos destacados nos relatórios dos discentes.

Figura 1 – Análise de similitude dos relatórios discentes.



Fonte: Autor/Iramuteq (2025).

A análise de similitude dos sete relatórios evidencia importantes tendências e padrões que refletem a conexão entre a teoria e a prática no ensino de contabilidade pública. Os clusters formados destacam palavras-chave relacionadas à transparência, informação pública, municípios, demonstrações contábeis e resultado, ilustrando como os grupos abordaram temas centrais para a accountability e a gestão de recursos públicos. A predominância de termos como transparência, público, acesso e disponível reforça a relevância do acesso à informação

como elemento essencial para o fortalecimento da governança e do controle social, em consonância com as discussões de Bovens (2007) e O'Donnell (1998).

O foco nos municípios, evidenciado por termos como prefeitura, Paragominas, Ulianópolis e Bragança, sugere que os relatórios buscaram contextualizar as análises em realidades locais, promovendo uma conexão prática e relevante para os estudantes. No entanto, termos como negativo, dificultar e concluir também apontam para os desafios enfrentados durante a elaboração dos relatórios, destacando limitações nas informações públicas e barreiras para uma análise mais aprofundada.

Os desafios enfrentados pelos estudantes e os resultados apresentados evidenciam a necessidade de aprimorar tanto as metodologias de ensino quanto o alinhamento entre os conteúdos programáticos e as exigências normativas.

Os relatórios apresentados pelos grupos ressaltaram a importância de alinhar os conhecimentos históricos e normativos ao desenvolvimento de habilidades práticas. Como apontado por O'Donnell (1998, 2003), a accountability no contexto das democracias depende de mecanismos sólidos que integrem controle social e institucional, reforçando a relevância de preparar profissionais que compreendam tanto os aspectos teóricos quanto os desafios operacionais. A atividade prática, ao propor uma análise detalhada das contas públicas, revelou não apenas lacunas no ensino, mas também oportunidades significativas de crescimento e inovação pedagógica. Essa experiência reforça a necessidade de uma formação contábil pública que ultrapasse o legado histórico e atenda às demandas de um ambiente dinâmico e em constante transformação.

Os relatórios demonstraram que os estudantes foram capazes de selecionar despesas públicas de diferentes áreas finalísticas — como educação, urbanismo, cultura e tecnologia — refletindo a diversidade da estrutura programática da administração pública. Em um dos relatórios, a despesa analisada refere-se à aquisição de gêneros alimentícios para o programa de alimentação escolar indígena e quilombola, evidenciando sensibilidade à função social do gasto público. Já outro relatório discute a contratação de serviços gráficos e tecnológicos para a rede municipal de ensino, com detalhamento do processo de licitação, termos aditivos e fases da despesa.

Esses exemplos indicam que os alunos não apenas acessaram e descreveram os dados, mas buscaram compreender o vínculo entre a despesa e a política pública que a motivou, o que representa um avanço em relação a abordagens meramente descritivas.

No aspecto técnico, muitos relatórios demonstraram conhecimento sólido sobre a estrutura da despesa pública, utilizando corretamente classificações como categoria econômica (corrente ou capital), grupo de natureza da despesa (3.3.90, 4.4.90 etc.), fonte de recurso e modalidade de licitação. A referência aos códigos orçamentários e à fase da despesa (empenhada, liquidada, paga) indica familiaridade com os instrumentos da contabilidade pública, o que é especialmente relevante considerando o recente processo de convergência às NBC TSP.

No entanto, observou-se que alguns relatórios ainda apresentaram lacunas no uso das classificações funcionais e programáticas completas, bem como na distinção entre os tipos de despesa por subfunção e projeto/atividade. Esses aspectos apontam para a necessidade de aprofundar o estudo do orçamento público e sua estrutura analítica nos próximos semestres da formação contábil.

Uma das contribuições mais expressivas da atividade está no desenvolvimento da criticidade dos estudantes em relação à qualidade das informações disponíveis nos Portais da Transparência. Alguns relatórios elogiaram a clareza e o detalhamento das informações apresentadas, como no caso da prefeitura de Ipixuna do Pará, onde foi registrado que “a

clareza nas informações é fundamental para fortalecer a participação cidadã e promover um ambiente de diálogo aberto entre a prefeitura e a comunidade”.

Por outro lado, críticas consistentes foram registradas quanto à ausência de dados relevantes — como identificação do responsável pela despesa, número de beneficiários, detalhes sobre a execução física ou mesmo a explicação do objeto do contrato em linguagem acessível. Um dos relatórios aponta que “o portal carece de clareza e não fornece detalhes compreensíveis para o público leigo”, evidenciando o entendimento de que transparência efetiva envolve não apenas divulgação de dados, mas sua inteligibilidade e acessibilidade social.

Ao relacionar os achados com os conceitos de accountability horizontal e vertical (O'Donnell, 1998, 2003) e de prestação de contas (Bovens, 2007), os estudantes demonstraram compreender que o papel do contador público vai além do registro técnico e alcança dimensões éticas, sociais e institucionais. A análise dos relatórios aponta que os discentes foram capazes de reconhecer os limites da transparência passiva e a importância do controle social no fortalecimento da democracia local.

Termos como “controle social”, “participação cidadã”, “efetividade da despesa” e “ética na gestão pública” surgiram como elementos de reflexão em diferentes produções, indicando que a atividade também contribuiu para formar a consciência crítica do futuro profissional contábil.

A inserção de uma atividade baseada na realidade orçamentária municipal contribuiu significativamente para estreitar a lacuna entre teoria e prática, conforme defendido por Oliveira (2020). A autora aponta que os estudantes valorizam estratégias pedagógicas que envolvem simulação, análise de casos reais, projetos de extensão e uso de sistemas informatizados como formas de internalizar o conteúdo da contabilidade pública.

Na experiência analisada, a atividade de consulta ao Portal da Transparência e elaboração de relatórios técnicos proporcionou exatamente esse movimento: retirou os discentes da abstração conceitual e os colocou diante da complexidade real da gestão pública local. A análise crítica de um dos estudantes — “o portal carece de transparência e clareza, pois não informa o responsável pelo processo” — é um exemplo concreto de como a prática favorece o desenvolvimento da percepção crítica, indo além da simples memorização dos elementos do PCASP e da DCASP.

No entanto, como a própria Oliveira (2020) adverte, ações pontuais são insuficientes para consolidar uma formação profissional completa. Isso implica que atividades como essa precisam ser sistematizadas no currículo de forma mais recorrente, incorporando outros recursos sugeridos pelos discentes em sua pesquisa, como laboratórios de contabilidade pública e uso de softwares de gestão orçamentária (ex: SICONFI, SIOPE, SIGEF, etc.).

Considerações Finais

Este caso de ensino demonstrou que a inserção de práticas pedagógicas baseadas em dados reais da gestão pública pode ser uma estratégia eficaz para promover a aprendizagem significativa no ensino da contabilidade pública. A atividade de análise de despesas públicas, realizada com base em dados coletados nos Portais da Transparência de municípios paraenses, permitiu aos estudantes aplicar os conceitos teóricos de forma contextualizada, desenvolver o raciocínio técnico e aprimorar a criticidade em relação à transparência e à accountability no setor público.

Os resultados indicaram que os discentes foram capazes de identificar e classificar corretamente elementos como a natureza da despesa, a fase da execução orçamentária e a fonte

de recursos, evidenciando domínio crescente sobre os instrumentos contábeis do setor público, como o PCASP e as DCASP. Além disso, demonstraram sensibilidade para avaliar a qualidade das informações disponibilizadas pelos entes públicos e refletiram sobre os limites da transparência passiva, apontando a importância da inteligibilidade e da acessibilidade das informações para o efetivo controle social.

A experiência também evidenciou o valor das metodologias ativas no ensino da contabilidade pública, em consonância com os achados de Oliveira (2020) e Souza et al. (2020). A análise de casos reais contribuiu para o engajamento dos estudantes, ampliou sua compreensão sobre a função social da contabilidade e estimulou a formação de um perfil profissional mais atento aos princípios da legalidade, da ética e da responsabilidade fiscal.

No entanto, a prática revelou limitações que devem ser consideradas em futuras iniciativas. A ausência de informações completas em alguns portais, a dificuldade de compreensão de certos termos técnicos pelos estudantes e a necessidade de maior acompanhamento metodológico são aspectos que demandam atenção. Reforça-se, assim, a importância de consolidar práticas como essa ao longo do curso, de forma sistemática e integrada, utilizando laboratórios, sistemas de informação pública e projetos de extensão que possibilitem o contato direto com a realidade da gestão pública.

Conclui-se que o ensino da contabilidade pública deve avançar para além do conteúdo normativo, incorporando uma formação cidadã, crítica e participativa. Promover a articulação entre teoria e prática não é apenas uma exigência curricular, mas um compromisso com a formação de profissionais preparados para atuar de forma ética, eficiente e transparente na administração pública, contribuindo para o fortalecimento da democracia e da confiança social nas instituições públicas.

Referencias

Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo* (Edição revista e ampliada). Edições 70.

Bovens, M. (2007). Analysing and assessing public accountability: A conceptual framework. *European Law Journal*, 13(4), 447-468. <https://doi.org/10.1111/j.1468-0386.2007.00378.x>

Cabral, N. P. S. (2019). Ensino de contabilidade pública: um estudo no ensino superior no estado de Minas Gerais.

Gerring, J. (2019). *Pesquisa de estudo de caso: princípios e práticas*. Editora Vozes.

Hood, C. (2010). *The blame game: Spin, bureaucracy, and self-preservation in government*. Princeton University Press.

Marques, L., & Biavatti, V. T. (2019). Estratégias aplicadas no ensino da contabilidade: evidências dos planos de ensino de uma universidade pública. *Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL*, 12(2), 24-47.

Moran, J. M. (2000). *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. Papirus Editora.

O'Donnell, G. (1998). Horizontal accountability in new democracies. *Journal of Democracy*, 9(3), 112-126. <https://doi.org/10.1353/jod.1998.0051>

O'Donnell, G. (2003). *Accountability horizontal: A institucionalização legal de controles democráticos*. CLACSO.

- Oliveira, T. P. de. (2020). *Teoria e prática no ensino da contabilidade pública: A visão dos discentes* (Dissertação de mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro). Faculdade de Administração e Finanças.
- Peleias, I. R., Silva, G. P. D., Segreti, J. B., & Chiroto, A. R. (2007). Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica. *Revista Contabilidade & Finanças*, 18, 19-32.
- Silva, R. A., & Oliveira, R. B. (2016). A história da disciplina de contabilidade pública no ensino contábil brasileiro: Das aulas do comércio (1808) ao ensino superior (1945). *Comunicações*, 23(3), 33–53. <https://doi.org/10.15600/2238-121X/comunicacoes.v23n3p33-53>
- Souza, A. N. M., Meurer, A. M., Costa, F., & Musial, N. T. K. (2020). Utilização de metodologias ativas e elementos de gamificação no processo de ensino-aprendizagem da contabilidade: experiência com alunos da graduação. *Desafio online*, 8(3).
- Ventura, M. M. (2007). O estudo de caso como modalidade de pesquisa. *Revista SoCERJ*, 20(5), 383-386.
- Yin, R. K. (2015). *Estudo de caso: planejamento e métodos* (5ª ed.). Bookman.